



8

de março

DIA INTERNACIONAL
DA MULHER

PREFEITURA DE
AMERICANA
INTELIGENTE E HUMANA

SECRETARIA DE
**ASSISTÊNCIA SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS**

Como surgiu essa data?



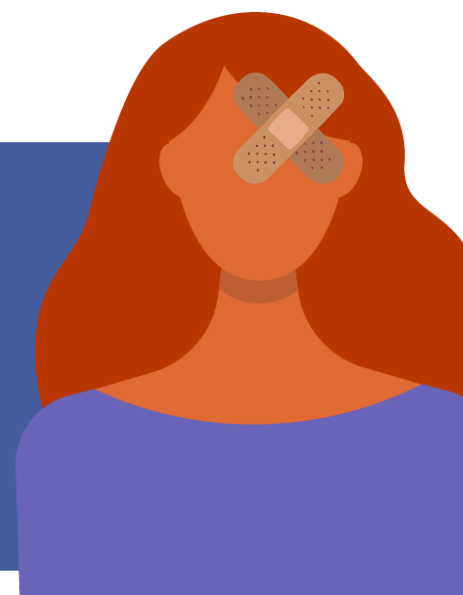
Defesa dos direitos trabalhistas, da igualdade salarial, da autonomia financeira, do direito ao voto feminino, de maior representatividade na política; combate ao assédio e às violências sexual, doméstica e obstétrica; garantia de direitos sexuais e reprodutivos; acesso à educação; respeito à diversidade de gênero, raça e etnia; reconhecimento social. Essas são algumas das lutas históricas protagonizadas por mulheres no mundo todo que dão tom às atividades do 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Oficializada em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a data ganhou projeção por resgatar essas e outras conquistas políticas e sociais que contribuíram para a emancipação feminina, mas também por lembrar enfrentamentos ainda necessários para a promoção da equidade.

Quais são os desafios?

Os desafios para avançar nas agendas ainda são grandes. Uma mulher é agredida por, ao menos, um homem, a cada quatro minutos no Brasil, de acordo com registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) no Ministério da Saúde. O país também é considerado o quinto com maior número de feminicídios no mundo: entre 2016 e 2018, mais de 3,2 mil mortes de mulheres foram contabilizadas.

Uma mulher é agredida por, ao menos, um homem, a cada quatro minutos no Brasil



Na contramão do cenário, as leis Maria da Penha (11.340/2006) e do Feminicídio (13.104/2015) – que tipifica os assassinatos de mulheres por razões da condição do sexo feminino como homicídio qualificado – são importantes marcos para fortalecimento de políticas de proteção às mulheres e para o combate à violência contra elas.

Existe igualdade de condições?

No quesito mercado de trabalho, as brasileiras ainda são a maioria na informalidade – o que acarreta desvantagem nos ganhos salariais – e têm menor representatividade nos cargos de liderança. A diferença em relação ao salário dos homens é ainda grande: em 2018, mulheres ganhavam 79,5% do que eles recebiam, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).



Por outro lado, as desigualdades de gênero nas carreiras científicas vêm se reduzindo. Entre os 77,8 mil pesquisadores brasileiros nas cinco maiores áreas do conhecimento que declaram ter doutorado na Plataforma Lattes, 40,3% são mulheres. Elas também têm produzido cada vez mais ciência: 72% dos artigos publicados no Brasil entre 2014 e 2017 foram assinados por pesquisadoras, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

Ao ocupar espaços de protagonismo no ambiente acadêmico, elas têm a oportunidade de alavancar em suas produções científicas mecanismos para o enfrentamento ao sexismo.

Mulheres de destaque



NÍSIA FLORESTA

Considerada como uma das primeiras feministas brasileiras, Dionísia Gonçalves Pinto utilizava o pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta para publicar artigos e poesias. Nascida no interior do Rio Grande do Norte em 1810, ela era também professora e tradutora.

Foi umas das primeiras mulheres a publicar produções textuais em um jornal, dirigiu uma escola de meninas no Rio de Janeiro e escreveu livros, sendo um deles à favor dos direitos das mulheres, dos nativos e escravos. Nísia morreu em 1885, em Paris.

BERTHA LUTZ

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, em 1894, e traçou sua carreira pública como diplomata e política empenhada em movimentos como o Pan Americano Feminista e de Direitos Humanos. Em 1919, Bertha fundou a Liga Intelectual da Emancipação das Mulheres e representou o país no Conselho Internacional Feminino. Seu empenho e dedicação a tornaram uma das principais líderes da luta sufragista no país.



Mulheres de destaque



MARIA DA PENHA

Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza-CE, 1º de fevereiro de 1945) é farmacêutica bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966, concluindo o seu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977. Ela sofreu constantes agressões por parte do marido. Em 1983, ele tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, atirou simulando um assalto. Na segunda, tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho. Por conta das agressões sofridas, Penha ficou paraplégica. Seu caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi considerado, pela primeira vez na história, um crime de violência doméstica. É autora do livro *Sobrevivi... posso contar* (1994) e fundadora do Instituto Maria da Penha (2009).

O que significa?

FEMINISMO:

É um movimento social que, segundo os historiadores, surgiu após a Revolução Francesa e que se fortaleceu na Inglaterra, durante o século XIX, e depois nos Estados Unidos, no começo do século XX. Esse movimento, que se apresenta com diversas vertentes, luta pela igualdade de condições entre homens e mulheres, no sentido de que ambos tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. É importante pontuar que feminismo não é o oposto de machismo. Assim, o objetivo final do feminismo é construir uma sociedade que ofereça igualdade de condições entre homens e mulheres.

MACHISMO:

O machismo é um preconceito, expresso por opiniões e atitudes, que se opõe à igualdade de direitos entre homens e mulheres, favorecendo o gênero masculino em detrimento ao feminino. Ou seja, é uma opressão, nas suas mais diversas formas, das mulheres feita pelos homens. Na prática, uma pessoa machista é aquela que acredita que homens e mulheres têm papéis distintos na sociedade, que a mulher não pode ou não deve se portar e ter os mesmos direitos de um homem ou que julga a mulher como inferior ao homem em aspectos físicos, intelectuais e sociais.

O que significa?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

É a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Isso significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas. A cultura de respeito à dignidade humana orienta-se para a mudança no sentido de eliminar tudo aquilo que está enraizado nas mentalidades por preconceitos, discriminação, não aceitação dos direitos de todos, não aceitação da diferença.

Fonte: Informativo de março de 2020 da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

 Rua das Poncianas n. 1225 - Jd. Glória

 (19) 3471-6770

 9h às 16h